fb.me/AssociacaoAIDA
linkedin.com/in/aida-associação-695a25100

T. +351 234 302 490 · WWW.AIDA.PT

PALOP NEWS

126 EDIÇÃO MENSAL

2019
OUTUBRO

AIDA
CÂMARA DE COMÉRCIO E INDÚSTRIA DO DISTRITO DE AVEIRO

PME QUALIFY
WWW.AIDA.PT

NOTÍCIAS DE ANGOLA

SONANGOL ALIENA 50 ACTIVOS
NO IMOBILIÁRIO, PETRÓLEOS, TURISMO E TELECOMUNICAÇÕES

A petrolífera angolana Sonangol anunciou nesta sexta-feira a alienação dos seus activos nas imobiliárias portuguesas Puaça S.A, Diraniproject III e Diraniproject V, nas petrolíferas Sonacergy - Serviços e Construções Petrolíferas e Sonafurt International Shipping e na Atlântida Viagens e Turismo.

A administradora executiva da Sonangol, Josina Baião, apresentou a lista de 50 empresas participadas e activos controlados pela petrolífera estatal, para alienar, prevendo-se que em finais de Outubro tenham início os "road-shows" nacionais e internacionais para anúncio das vendas.

No âmbito do Programa de Privatizações (ProPriv), que lista 195 empresas públicas a serem privatizadas total ou parcialmente, até 2022, só a Sonangol deve alienar 20 empresas e/ou activos até Dezembro.

Estão previstas a alienação de 26 empresas em 2020, três em 2021 e uma em 2022, que compreende a abertura do seu capital.

Da lista apresentada consta também desinvestimentos nas empresas participadas e activos na Sonangol Cabo Verde - Sociedade e Investimentos e na Combustíveis e Óleos de São Tomé e Príncipe. Participações nas empresas Founton (Gibraltar), Sonatide Marine (Ilhas Caimão), Solo Properties Nightbridge (Reino Unido), Societé Ivoiriense de Raffinege (Costa do Marfim), Puma Energy Holdings (Singapura) e Sonandiets Services (Panamá) também serão alienadas até 2021.

Josina Baião deu conta igualmente que a petrolífera angolana vai vender a sua participação às empresas WTA-Houston Express e na francesa WTA.

A Sonangol detém igualmente activos a privatizar em empresas angolanas dos sectores da saúde, educação, transportes, telecomunicações, energia, construção civil, recursos mineiras e petróleos e banca.

A alienação de mais de 60 activos da petrolífera angolana Sonangol, dos sectores das finanças, telecomunicações, imobiliário, indústria, entre outros, vai tornar a empresa "financeiramente mais robusta", assegurou a administração da empresa.

Segundo o presidente do conselho de administração da petrolífera angolana, Sebastião Gaspar Martins, os activos a privatizar têm sido avaliados no âmbito do programa de regeneração da empresa com vista a centrá-la apenas no seu objecto social.

FONTE: JORNAL DE NEGÓCIOS

ANGOLA
Sonangol aliena 50 activos no imobiliário, petróleos, turismo e telecomunicações

Fitch prevê dívida pública acima de 80% e crescimento de 2,5% em Angola

Presidente de Angola tenta cativar interesse americano

MOÇAMBIQUE
Confiança no indicador de emprego regista melhoria

Moçambique quer licenciar produtores de carvão vegetal e diminuir a desflorestação

CABO VERDE
Cabo Verde regista crescimento económico médio de 5,7% no primeiro semestre de 2019

Olavo Correia: "Mesmo com seca há condições de colocar Cabo Verde a crescer mais de 7%"

SÃO TOMÉ E PRÍNCIPE
PM são-tomense quer alargar exportação de produtos agrícolas para a costa africana

GUINÉ-BISSAU
Guiné-Bissau com perspectivas económicas favoráveis

DIRECÇÃO E COORDENAÇÃO:
Elisabete Rita | Directora Geral da AIDA

DESIGN E PAGINAÇÃO:
Incograf®

PROPRIEDADE
AIDA CCI

DISTRIBUIÇÃO GRATUITA:
1000 exemplares

COMPETE 2020 · PORTUGAL 2020 · UNIÃO EUROPEIA Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional

FITCH PREVÊ DÍVIDA PÚBLICA ACIMA DE 80% E CRESCIMENTO DE 2,5% EM ANGOLA

A consultora Fitch Solutions antecipa que o rácio da dívida pública de Angola se mantenha acima dos 80%, em défice orçamental e com crescimento anual de cerca de 2,5% do PIB durante a próxima década.

De acordo com uma análise de longo prazo da situação estrutural das finanças públicas angolanas, esta consultora, detida pelo mesmo grupo que é dono da agência de 'rating' Fitch, estima que o desequilíbrio nas contas públicas se mantenha, pelo menos, até 2028.

"O colapso nos preços do petróleo entre 2014 e 2016 deixou o Governo de Angola com um peso da dívida estruturalmente mais alto, que acreditamos vai pesar na posição orçamental durante o nosso período de análise mais prolongado", escrevem os analistas, acrescentando que "a dívida pública, incluindo a detida pela companhia petrolífera nacional, era de apenas 39,8% do PIB em 2014, mas vai rondar os 82,6% durante a próxima década".

O relatório alerta que "as finanças de Angola continuam altamente vulneráveis a choques futuros", já que "uma grande parte do total da dívida pública é dívida externa, que representa, em média, 49,4% do PIB nos próximos dez anos".

Servir esta dívida pode ser problemático "se os preços do petróleo enfrentarem novos choques negativos ou se o banco central for forçado a fazer mais desvalorizações da moeda".

No documento, os analistas da Fitch Solutions avisam também que apesar de anteciparem uma ligeira subida nos preços do petróleo, "uma tendência descendente de produção nos vários campos petrolíferos que gradualmente estão a secar significa que qualquer queda abrupta nos preços colocaria uma pressão substancial na capacidade do Governo de cumprir as suas obrigações relativamente à dívida".

Sobre o crescimento da economia, as previsões apontam para uma recessão de 0,2% em 2020 e um gradual regresso ao crescimento positivo durante a próxima década, com uma estimativa de 2,3% em 2024 e depois acelerando até aos 2,5% até 2028.

FONTE: LUSA EM ECONOMIA AO MINUTO

PRESIDENTE DE ANGOLA TENTA CATIVAR INTERESSE AMERICANO

Angola pretende tornar-se mais atractiva ao investimento externo e, para isso, o Presidente João Lourenço aproveitou a presença em Nova Iorque para tentar convencer empresários norte americanos a apostar no país.

Depois do forte investimento chinês nas últimas décadas, João Lourenço parece ver agora no aumento do investimento norte-americano um pilar do desenvolvimento angolano.

O Presidente angolano enalteceu a crescente interacção, "e a um nível cada vez mais alto, com os Estados unidos" no processo de desenvolvimento. "Assinámos vários instrumentos de cooperação nos domínios da Defesa, do Tesouro e da banca, e tomamos boa nota da estratégia da Administração Trump para África, num contexto em que vemos muitos interesses comuns", sublinhou.

Aos empresários americanos, João Lourenço revelou o fim da dependência do petróleo na abertura de linhas de crédito em países como Brasil, China ou Israel.

Derek Magness, da Chevron-Angola, apontou o gás natural como trunfo de Angola para diversificar no futuro a economia. João Lourenço "acredita no papel fundamental das relações diplomáticas internacionais como forma de apoiar o desenvolvimento do país, considerando as Nações unidas e os Estados Unidos como parceiros preferidos nesse processo" em Angola.

FONTE: EURONEWS

CONFIANÇA NO INDICADOR DE EMPREGO REGISTA MELHORIA

A confiança dos moçambicanos no emprego registou um incremento ligeiro em Agosto passado, encerrando a trajectória descendente de dois meses, embora tenha observado um recuo face ao mesmo mês de 2018.

O Instituto Nacional de Estatística (INE) indica que o índice de confiança no indicador de emprego recuperou no mês de Agosto deste ano, após registo de queda entre Julho e Junho.

"Essa recuperação foi influenciada pela apreciação positiva do indicador nos sectores de comércio, de alojamento e restauração, de transportes e dos outros serviços não financeiros, que suplantaram as actividades da produção industrial e de construção que registaram previsões desfavoráveis do emprego no mês em análise", explica o INE.

Contudo, o clima económico (indicador que expressa a confiança dos empresários) voltou a abrandar pelo terceiro mês consecutivo em Moçambique.

A avaliação desfavorável do clima económico no mês em análise deveu-se, sectorialmente, ao abrandamento do indicador nos ramos empresariais dos outros serviços não financeiros, construção e da produção industrial que suplantaram à apreciação positiva registada nos sectores de comércio, de transportes e de alojamento e restauração.

Em média, 30% das empresas inquiridas pelo INE, reportaram algum obstáculo no mês de Agosto, o que representou um aumento de 2% de firmas com limitação de actividade face ao mês anterior, situação que está em linha com o indicador síntese do sector que diminuiu.

O aumento da proporção de empresas com constrangimentos foi influenciado pelo incremento de empresas com dificuldades nos sectores de construção, de transportes, bem como nos outros serviços não financeiros.

"Os sectores de transportes com 37%, de construção (35%) e da produção industrial (32%) registaram a maior proporção de empresas com constrangimentos de todos sectores inquiridos", observa o INE.

FONTE: LUSA EM NOTÍCIAS SAPO MZ

MOÇAMBIQUE QUER **LICENCIAR PRODUTORES DE CARVÃO VEGETAL** E DIMINUIR A DESFLORESTAÇÃO

O Governo está a identificar os produtores de carvão vegetal para os organizar em cooperativas e os licenciar, estratégia que encontrou para diminuir a desflorestação provocada por esta fonte de energia.

A experiência moçambicana foi partilhada por Rosalina Chavana, do Fundo Nacional de Desenvolvimento Sustentável daquele país lusófono, que participou no 'workshop' para apresentação dos resultados do "Projecto de Promoção do Carvão Vegetal Sustentável em Angola Através de uma Abordagem da Cadeia de Valor".

Segundo Rosalina Chavana, trata-se de uma experiência piloto, que visa, após a legalização dos produtores, indicar-lhes uma área específica para a produção do carvão.

A responsável frisou que esta actividade é uma fonte alternativa de renda, por isso o Governo não tem como impedir a produção de carvão vegetal.

"Para parar de produzir carvão, é preciso melhorar as condições de produção para ter maior eficiência e também procurar outras alternativas de renda para estas comunidades", frisou.

Rosalina Chavanda disse que a produção de carvão não é uma actividade principal, apenas a alternativa para os momentos baixos das actividades agrícolas.

Ainda no âmbito do projecto, foi criado um plano de maneio, que indica outras oportunidades económicas viáveis, além da produção de carvão dentro das florestas, nomeadamente produtos florestais não madeireiros.

"Estamos a estabelecer parcerias com o sector privado, com os operadores florestais, para fazer o aproveitamento dos desperdícios da serração para a produção de carvão, e também os operadores garantem o mercado para este produto", referiu.

De acordo com Rosalina Chavanda, têm sido identificadas dentro das espécies nativas mais utilizadas para a produção do carvão, as de crescimento mais rápido.

"Começámos no norte do país em dois distritos, que abastecem a cidade de Pemba, porque o carvão é produzido nas zonas rurais, mas ele é mais consumido nas cidades", disse.

Para evitar a agricultura itinerante, a principal causa da desflorestação, as autoridades moçambicanas distribuíram mudas de cajueiro, uma planta de rendimento a longo prazo.

"A longo prazo poderão usar os produtos do cajueiro para renda e também pelo facto de ter algumas árvores nas suas machambas, dificilmente vão abandonar aquelas áreas por causa das árvores, é a forma que encontrámos para poder mantê-los nas suas áreas e evitar a abertura de novas áreas e tem tido muita aceitação", sublinhou.

Em Angola, uma das principais motivações para o corte de árvores é a utilização da biomassa como fonte de geração de energia.

Nas zonas periurbanas e urbanas, o carvão vegetal é a principal fonte energética, enquanto nas zonas rurais a lenha representa este papel, sendo a sua produção no interior do país a maior fonte de rendimento para muitas famílias.

FONTE: LUSA EM SAPO NOTÍCIAS

CABO VERDE REGISTA **CRESCIMENTO ECONÓMICO MÉDIO DE 5,7%** NO PRIMEIRO SEMESTRE DE 2019

O Produto Interno Bruto de Cabo Verde registou um crescimento médio de 5,7% em termos homólogos no primeiro semestre de 2019, tendo o valor contabilizado no segundo trimestre ascendido a 6,2%, informou o Instituto Nacional de Estatística (INE) do arquipélago.

O valor registado no segundo trimestre resultou do maior contributo das despesas do Consumo Privado e das Exportações, com o INE a acrescentar que o Valor Acrescentado Bruto apresentou uma evolução homóloga positiva de 6,2% e os impostos líquidos de subsídios em 7,1%.

O Consumo Final registou uma variação homóloga negativa de 1,1% no período em análise (+8,8% no trimestre anterior), tendo o Consumo Privado aumentado 2,9% em termos reais, uma contracção face à variação positiva de 5,3% registada no primeiro trimestre do ano.

FONTE: PLATAFORMA MEDIA

OLAVO CORREIA: **"MESMO COM SECA HÁ CONDIÇÕES DE COLOCAR CABO VERDE A CRESCER MAIS DE 7%"**

O vice-primeiro-ministro e ministro das Finanças cabo-verdiano, Olavo Correia, referiu que, apesar da situação de seca, há condições de colocar Cabo Verde a crescer a uma taxa superior a 7%.

O governante, que falava aos jornalistas após ser ouvido na Comissão Especializada de Finanças e Orçamento sobre as Contas Geral do Estado ano 2014 e 2015, na Assembleia Nacional, reagia assim à notícia que dá conta que o Produto Interno Bruto (PIB) de Cabo Verde registou no segundo trimestre deste ano uma variação homóloga de 6,2%, em termos reais.

"Crescemos hoje 6,2% no contexto de três anos de seca consecutivos", afirmou o ministro, lembrando que a seca tem um contributo negativo na questão de economia.

"Se todos trabalharem, todos os dias, continuadamente, com esforço e dedicação e determinação, penso que temos todas as condições para termos um país emergente, um país que cresça acima dos 7% e um país desenvolvido nos próximos 10 anos", defendeu.

Aliás, Olavo Correia disse não ter dúvidas de que Cabo Verde tem tudo a sua disposição para lá chegar. "Temos de trabalhar de forma alinhada, comprometidos para atingir essa meta que é possível (…) mas com o trabalho de todos", continuou.

FONTE: O JORNAL ECONÓMICO

PM SÃO-TOMENSE QUER ALARGAR **EXPORTAÇÃO DE PRODUTOS AGRÍCOLAS PARA A COSTA AFRICANA**

Angola é um mercado, Cabo Verde é outro mercado, Guiné Equatorial está aqui perto. Já exportávamos os nossos produtos para Gabão, porquê que se deixou de fazer? Nós vamos retomar", disse Jorge Bom Jesus, durante a inauguração de uma feira de vendas de produtos agro-pecuários no centro da capital, no âmbito da comemoração do Dia das Nacionalizações.

O chefe do executivo de São Tomé e Príncipe lamentou a disparidade entre o nível de alimentos importados e os produtos produzidos localmente, defendendo que o que se produz hoje no país "tem qualidade e quantidade suficiente para se diminuir a importação de determinados produtos".

"Nós não podemos continuar com esse fosso entre a importação e exportação, isto é inadmissível. Temos de encontrar formas, primeiro de tirar o produto do mato para a cidade, depois tirar do país para o exterior", acrescentou Jorge Bom Jesus.

O Ministério da Agricultura, Pescas e Desenvolvimento Rural organizou hoje uma feira de venda de produtos agrícolas, hortícolas e de carne, incluindo exposições de produtos das maiores empresas do país, tais como as duas empresas de telecomunicações, a Unitel e a Companhia São-tomense de Telecomunicações (CST).

"Nós precisamos reorganizar-nos bem, precisamos da certificação dos nossos produtos, precisamos dos acordos de livre circulação de pessoas e bens, sobretudo a nível das alfândegas", defendeu o governante.

Até há cerca de três anos, São Tomé exportava sobretudo coco seco, matabala (tubérculo) e cabras para o Gabão e Angola, países de onde importava sobretudo roupas para abastecer o mercado interno.

Para o mercado cabo-verdiano, eram enviados por avião essencialmente produtos do mar, designadamente moluscos (polvos e chocos). O negócio foi suspenso depois de a transportadora angolana TAAG ter suspendido os voos Luanda/São Tomé/Sal.

Jorge Bom Jesus anunciou também que o país vai começar a importar madeiras, tendo o Governo aberto já um concurso para as empresas interessadas.

O executivo promete isenção de taxas aduaneiras para os importadores, como forma de desincentivar o abate indiscriminado de árvores, que se tem registado nos últimos anos.

"Não podemos dar cabo da nossa floresta e da nossa agricultura, pois se isso acontecer vamos acabar por enterrar-nos a pouco e pouco", disse o primeiro ministro são-tomense.

Na semana passada, o ministro da Agricultura, Pescas e Desenvolvimento Rural, Francisco Ramos, garantiu que "não vai dar tréguas" aos serradores de madeira, a quem acusa de estar a "invadir zonas de reserva" para abater árvores.

"Estamos com um grave problema actualmente por causa do abate indiscriminado de árvores. A nossa floresta e os ecossistemas estão a desaparecer, em algumas regiões do país as florestas estão a desaparecer e a dar lugar a vastas áreas de campo aberto, é preciso travar isso rapidamente", disse o ministro.

O executivo de Jorge Bom Jesus já se reuniu com representantes das associações de serradores e propôs reconverter as suas actividades noutras "mais rentáveis e menos perigosas", designadamente criação de animais, com a garantia de financiamento do Estado.

FONTE: LUSA EM SAPO NOTÍCIAS

GUINÉ-BISSAU COM **PERSPECTIVAS ECONÓMICAS FAVORÁVEIS**

A directora nacional do Banco Central dos Estados da África Ocidental (BCEAO) na Guiné-Bissau disse que as perspectivas económicas do país são favoráveis devido ao programa de investimento público e campanha de caju.

"Os conselheiros notaram que as perspectivas económicas são favoráveis graças à boa execução do programa de investimento público, mas também ao bom desempenho da campanha de caju", afirmou Helena Embaló, no final da reunião do Conselho Nacional de Crédito para analisar o desempenho da economia guineense no segundo trimestre do ano.

Segundo Helena Embaló, os conselheiros registaram "com satisfação" o avanço de alguns projectos de investimento público e recomendaram ao Governo para ir "mais longe na digitalização da economia e dos pagamentos públicos", de forma a permitir maior controlo e segurança das transacções financeiras.

"Relativamente à campanha de caju há um dinamismo que podia ser melhor se não fosse a quebra do preço no mercado internacional, mas em 2019 verifica-se um aumento do montante da castanha exportada com quase 180 mil toneladas, em Agosto, contra as 130 mil toneladas no mesmo período do ano passado", salientou.

Em relação às finanças públicas, a directora nacional do BCEAO disse que há degradação de alguns indicadores e que foi "recomendado ao Governo para acelerar as reformas tributárias e o alargamento da base tributária".

Helena Embaló destacou também que houve um aumento do crédito à economia, por causa da campanha de exportação e comercialização da castanha de caju, mas a oferta de crédito continua insuficiente face à procura.

FONTE: LUSA EM NOTÍCIAS AO MINUTO